



## CFF fala da organização da assistência farmacêutica, impressiona gestores e é destaque no Congresso do Conasems

■ O CFF, POR MEIO DE SUA COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA, DESTACOU-SE, NO EVENTO, PELA QUALIDADE E OBJETIVIDADE DAS INFORMAÇÕES QUE PRESTOU AOS GESTORES.

Foi intensa e elogiada a participação do Conselho Federal de Farmácia no XXV CONGRESSO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, realizado, de 11 a 14 de maio de 2009, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. O evento, realizado pelo Conasems (Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde), teve por objetivo congregar os gestores municipais de saúde, discutir as políticas do setor adotadas pelas esferas federal, estaduais e municipais e o respectivo impacto, nos Municípios. Outro objetivo do evento foi proporcionar a troca de experiências para a melhoria e fortalecimento da gestão. O Congresso teve, em sua abrangente programação, a realização de cursos e painéis voltados para gestores e técnicos.



Estande foi a base do CFF no Congresso do Conasems. Aqui, mini-palestras eram realizadas, a cada hora, pelos integrantes da Comissão de Saúde Pública para os gestores sobre a organização da assistência farmacêutica, nos Municípios.

O CFF, por meio de sua Comissão de Saúde Pública, destacou-se, no evento, pela qualidade e objetividade das informações que prestou aos gestores. O Conselho montou, no local, um estande equipado com um mini-auditório, onde farmacêuticos da Comissão de Saúde Pública fizeram, a cada hora, uma palestra para os gestores municipais, com o objetivo de sensibilizá-los para a importância de organizarem a assistência farmacêutica, em seus Municípios, acatando o Pacto de Gestão Municipal, implantado pela Portaria 699/06, do Ministério da Saúde.

O estande do CFF foi decididamente o mais concorrido do evento. Longas filas formam-se, diante desse espaço do Conselho. Eram gestores municipais buscando informações sobre assistência farmacêutica pública no espaço municipal.

Afora as palestras, o CFF distribuiu kits contendo revistas e outras publicações informando a importância de os Municípios aderirem ao Pacto de Gestão e de organizarem os seus serviços farmacêuticos e, também, mostrando os caminhos para pactuarem. A Comissão de Saúde Pública do CFF manteve contado - e cadastrou - cerca de 3000 gestores. Eles passarão a receber informações permanentes do CFF sobre gestão e assistência farmacêutica. Impressionaram-se com a agilidade e a complexidade das informações que receberam do Conselho Federal de Farmácia.

**PROBLEMAS ORÇAMENTÁRIOS** - Muitos gestores que ainda não promoveram a organização dos serviços farmacêuticos, em seus Municípios, argumentavam que os recursos destinados à assistência farmacêutica são especí-

ficos para a aquisição de medicamentos. "Não há dinheiro para os serviços", disseram.

A orientação do CFF, nesses casos, foi de os Municípios organizarem os serviços com recursos próprios. Lorena Baía, integrante da Comissão de Saúde Pública do CFF e Coordenadora de Assistência Farmacêutica de Goiânia, buscou desfazer a idéia de alguns gestores de que a contratação de farmacêuticos pudesse representar despesas. "Disse a eles que, pelo contrário, os serviços farmacêuticos representam economia para os cofres dos Municípios e mais saúde para a população", ressaltou Lorena Baía.

As argumentações de Lorena foram respaldadas pelo Presidente da Comissão de Saúde Pública e Conselheiro Federal de Farmácia pelo Paraná, Valmir de Santi,



Valmir de Santi, Conselheiro Federal de Farmácia pelo Paraná e Presidente da Comissão de Saúde Pública do CFF: "Com a economia gerada pelos serviços farmacêuticos em todos os itens da assistência e com a redução de danos e complicadores na atenção básica, dá facilmente para os Municípios contratarem farmacêuticos"

e pelo integrante da mesma Comissão e Conselheiro Municipal de Saúde de Palmas (TO), Renato Soares. Garantiram que, com a economia gerada pelos serviços farmacêuticos em todos os itens da assistência e com a redução de danos e complicadores na atenção básica, dá facilmente para os Municípios contratarem farmacêuticos.

Palmas, de 180 mil habitantes, é um exemplo de redução de custos gerados pela organização dos serviços farmacêuticos. Os custos com a assistência farmacêutica da capital tocantinense caíram em R\$ 913.000,00, em seis meses, depois que o setor passou por um processo de organização, tendo à frente o farmacêutico Francisco José Lopes de Andrade. Há centenas de outros exemplos exitosos de experiências municipais nesse sentido.



Lorena Baía, integrante da Comissão de Saúde Pública do CFF e Coordenadora de Assistência Farmacêutica de Goiânia, desfez idéia de gestores de que a contratação de farmacêuticos representa despesas para os Municípios.

**BENEFÍCIOS** - A Secretária-Geral do CFF, Lérida Vieira, ressaltou que os Municípios não podem prescindir dos serviços farmacêuticos, porque neles estão contidos “benefícios extraordinários” para a saúde pública. E garantiu que o Conselho Federal intensificará o fomento à qualificação profissional, para que os farmacêuticos assumam os seus postos, no SUS, com condições plenas de prestar bons serviços às populações e, também, qualifiquem a gestão.



Diretora Secretária-Geral do CFF, Lérida Vieira: “Conselho intensificará o fomento à qualificação profissional, para que os farmacêuticos assumam os seus postos, no SUS, com condições plenas de prestar bons serviços às populações e, também, qualifiquem a gestão”.

**FORTALECER O SUS** - O Pacto é um termo de compromisso de gestão municipal que formaliza os acordos constituídos e as responsabilidades do gerenciamento municipal do SUS, diante do que dispõe a Portaria GM/MS número 399, de 22 de fevereiro de 2006. A Portaria estabelece as Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do Sistema. O Pacto visa ao fortalecimento do SUS no âmbito municipal.

**SÍNTESE DAS LUTAS SOCIAIS** - Na abertura do Congresso, o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, disse que o SUS tem um compromisso de luta com a sociedade. “O SUS é geneticamente consistente, porque é uma síntese da mobilidade política, das lutas sociais”, definiu Temporão.

E acrescentou: “A luta do SUS é pela transformação da sociedade. Nós temos que aprovar a Emenda Complementar número 29, porque ela é uma exigência da sociedade brasileira”. O Ministro acrescentou que os casos de dengue caíram 50% em relação ao ano passado, e a gripe suína está controlada, lembrando que, até agora, foram registrados oito casos, e os pacientes estão sob acompanhamento médico. Despediu-se, dizendo: “O dono do SUS é o povo”.

**GANHOS** - Para o Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, os Municípios ganham muito, ao organizar os serviços farmacêuticos, pois acabam com os problemas de desperdícios com medicamentos de diversas origens, como aquisição e armazenamento inadequados, falta de orientação farmacêutica que, por si só, é muito grave, etc.

**A COMISSÃO** - A Comissão de

Saúde Pública é formada pelos seguintes farmacêuticos:

- Valmir de Santi, Presidente, Conselheiro Federal de Farmácia pelo Paraná, mestre em Saúde Pública e Professor de Saúde Pública da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- Marize Girão (convidada), Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Ceará e Coordenadora do Departamento de Assistência Farmacêutica de Fortaleza;
- Lorena Baía, Coordenadora de Assistência Farmacêutica de Goiânia, Conselheira Regional de Farmácia de Goiás e integrante da Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica do Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Cosems) do Estado de Goiás;
- Mirtes Bezerra, Diretora do Departamento de Vigilância Sanitária de Goiânia, farmacêutica sanitária e magistral, fiscal de saúde pública e Conselheira Regional de Farmácia de Goiás;
- Renato Soares Pires Melo, farmacêutico clínico e sanitário, integrante da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) do Hospital Geral de Palmas (TO), Conselheiro Estadual e Municipal de Saúde do Estado e da capital e Conselheiro Federal de Farmácia suplente;
- Jarbas Tomazoli e José Luiz Maldonado, assessores técnicos do Conselho Federal de Farmácia.

Pelo jornalista Aloísio Brandão, Assessor de Imprensa do CFF.